

“Construindo um País mais Saudável - 40 anos do Programa Nacional de Imunizações”

Instituído em 1973 e regulamentado em 1975, pela Lei de nº 6.259/1975 e o Decreto nº 78.231/1976, o **Programa Nacional de Imunizações (PNI)** do Ministério da Saúde é a instância responsável pela definição e organização da política de vacinação no território nacional, tendo foco no controle, eliminação ou erradicação de doenças imunopreveníveis.

O PNI transformou-se ao longo dos seus 40 anos de existência em uma das mais bem sucedidas intervenções de saúde pública do mundo. O episódio emblemático do ano de 1904 ilustra a grande importância que esse programa tem até os dias atuais. À época, tendo em vista as precárias condições de saneamento e higiene nos centros urbanos, especialmente no município do Rio de Janeiro, e após o aparecimento de inúmeros casos de febre amarela, varíola e outras doenças contagiosas o médico sanitário Oswaldo Cruz, nomeado ao cargo equivalente ao de Ministro da Saúde, estabeleceu a obrigatoriedade da vacinação a toda população. Após resistência de opositores e manifestações populares que perduraram uma semana, historicamente conhecidas como a “Revolta da Vacina”, a vacinação obrigatória foi interrompida e seguiu-se um período de epidemias que resultaram em milhares de vítimas. A retomada da vacinação meses depois levou à redução de doenças que assolavam o país e culminou na criação do **Programa Nacional de Imunizações (PNI)**.

Atualmente o Brasil é um dos países que oferece o maior número de vacinas à população, disponibilizando mais de 300 milhões de doses anuais de imunobiológicos, entre vacinas, soros e imunoglobulinas. Para garantir o acesso e a equidade das ações, considerando o risco, a vulnerabilidade e as especificidades sociais, o PNI define calendários de vacinação específicos para crianças, adolescentes, adultos, gestantes, idosos e indígenas. Conta com aproximadamente 34 mil salas de vacinação e 42 Centros de Referência em Imunobiológicos Especiais. Utiliza de várias estratégias de vacinação incluindo rotina, campanhas, bloqueios vacinais e ações extramuros, a exemplo da vacinação da população privada de liberdade e da vacinação da população em áreas de difícil acesso. A operacionalização das ações de vacinação ocorre graças à estreita articulação entre as três esferas de governo, onde as responsabilidades de cada ente da federação estão claramente definidas e pactuadas.

A introdução de qualquer vacina ao **Programa Nacional de Imunizações (PNI)** perpassa rigorosa análise técnica, sendo pautada por critérios epidemiológicos, imunológicos, socioeconômicos, tecnológicos, legais e a garantia dos recursos financeiros, humanos e materiais.

Fica evidente que desde sua criação até os dias atuais o **Programa Nacional de Imunizações (PNI)** cresceu e evoluiu a fim de acompanhar a transição demográfica, epidemiológica e social, e as novas tecnologias. Nesse período introduziu importantes vacinas, erradicou doenças, ampliou grupos alvo para vacinações e foi pioneiro na realização de diversas campanhas vacinais como, por exemplo, a de Influenza. Cresceu também sua complexidade decorrente, entre outros aspectos, do aumento da quantidade de vacinas produzidas, adquiridas e administradas, dos custos envolvidos, do compromisso da vacinação segura e da mudança de perfil da população, que passou de passiva a demandante de mais e novas vacinas, algumas vezes antes mesmo de chegarem ao mercado.

Realização



Patrocínio



Apoio



40 anos do Programa Nacional de Imunizações

Assim como vem ocorrendo desde a década de 1980 com os medicamentos, as vacinas tem sido foco de ações judiciais propostas em face do poder público a fim de garantir seu fornecimento e até mesmo de projetos de lei de iniciativa do poder legislativo com vistas a incorporação das novas tecnologias no âmbito do SUS. Um exemplo recente é a vacina contra o papilomavírus humano (HPV), que possui hoje, apenas na esfera federal do poder legislativo, oito projetos de lei em tramitação.

Os desafios fazem parte da história do **Programa Nacional de Imunizações (PNI)** e são alvos de ações concretas e direcionadas a reforçar a efetividade, sustentabilidade e legitimidade deste importante programa de repercussão mundial.

Pensando em elucidar e debater os desafios presentes e futuros enfrentados no campo da vacinação o Instituto Brasileiro de Ação Responsável em parceria com a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, promoverá no dia **4 de setembro de 2013**, no Auditório Senador Antônio Carlos Magalhães - Senado Federal, o **Fórum “Construindo um País mais Saudável - 40 Anos do Programa Nacional de Imunizações”**, o qual compõe as ações do Programa Ação Responsável, assuntos prioritários da agenda do Governo Federal.

Justificativa

A estrutura de trabalho permitirá: (I) integrar os atores envolvidos nas etapas dos processos afetos à política de vacinação no território nacional; (II) promover discussão consistente sobre as mudanças, tendências, desafios e estratégias de enfrentamento das questões mais relevantes para o controle, eliminação ou erradicação de doenças imunopreveníveis (III) promover a atualização e a troca de informações sobre experiências que venham contribuir para uma agenda positiva para o enfrentamento dos desafios futuros; (IV) valorizar boas práticas e profissionais de saúde para o fortalecimento de ações que reconheçam a importância do **Programa Nacional de Imunizações (PNI)** no cenário nacional e internacional.

Objetivo

Promover um espaço para elucidar e debater os desafios presentes e futuros enfrentados no campo da vacinação no Brasil.

Diretrizes

- Vacinação como direito ou obrigação
- O Programa Nacional de Imunizações – PNI
- O desafio da introdução de novas vacinas
- Garantia das coberturas vacinais
- O desafio do financiamento para ações de educação e prevenção
- Acesso a novas tecnologias
- Case: Operação Gota

Público Alvo

O público alvo previsto inclui setor público (poder legislativo, executivo e judiciário e laboratórios produtores); setor privado (laboratórios produtores); setor social (*GAVI Alliance*, *Drugs for Neglected Diseases Initiative* – DNDi, Médicos sem Fronteira – MSF); instituições multilaterais (Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS); instituições acadêmicas; profissionais de saúde e população em geral.

Número de Participantes

- Presencial: estimativa de 100 profissionais formadores de opinião e tomadores de decisão
- Vídeo conferência com interação em tempo real, com as Assembléias Legislativas

Realização



Patrocínio



Apoio



40 anos do Programa Nacional de Imunizações

- Vídeo *Streaming* (via Internet): Acesso pela página do Senado Federal e Interlegis
- TV: O Seminário será transmitido ao vivo pela TV Senado e TV Câmara
Alcance superior a 100.000 expectadores.

Realização

Instituto Brasileiro de Ação Responsável

Instituições Parceiras

Congresso Nacional; Ministério da Saúde; Organização Pan Americana de Saúde – OPAS;
Agência Íntegra Brasil

Local, data e horário

Senado Federal, no auditório Senador Antonio Carlos Magalhães no Interlegis - Brasília, dia 4 de setembro de 2013 (quarta-feira), das 9h às 14h

Informações e inscrições

Pelos telefones (61): 3368-6044 e 3468-5696

E-mail: ciclosaude@acaoresponsavel.org.br e seminarios@acaoresponsavel.org.br

www.acaoresponsavel.org.br

**É necessário o credenciamento prévio.
Inscrições Gratuitas!**

Realização



Patrocínio



Apoio



Ministério da
Saúde

